

7. O governo Figueiredo: o fim do desenvolvimentismo “à brasileira”

DELFINO NÃO REPETE O DELFINO!

Os “anos de chumbo” também representaram as alternâncias do ciclo do poder, e o mandato do general Geisel chegou ao fim como o prenúncio da turbulência política que viveria a nação. Houve disputa nos círculos militares pela substituição do presidente da República, e a “linha dura” jogou pesado para impedir a distensão lenta e gradual que Geisel e o grupo que lhe dava sustentação desejavam. Ante o enfraquecimento do regime, a sociedade civil se reorganizava e pressionava pelo retorno ao estado de direito. Ainda em um processo indireto, foi eleito, para a Presidência, o general de Exército **João Baptista de Oliveira Figueiredo**, que, pela Arena, derrotou, no Colégio Eleitoral de 15 de outubro de 1978, o também general **Euler Bentes Monteiro**, do MDB. Figueiredo, tendo como vice um civil, o mineiro **Antônio Aureliano Chaves de Mendonça**, foi eleito com 355 votos, enquanto o general Euler Bentes Monteiro obteve 266 votos.¹ No entanto, o caminho que seu governo teria de percorrer no campo político seria cheio de dificuldades, pois os movimentos pela democratização cresciam, e a distensão parecia inevitável. Figueiredo, depois de uma atuação marcante nos governos militares que o antecederam – pois exerceu inicialmente a chefia da agência do Serviço Nacional

¹ Para melhor entendimento da crise política que antecede e permeia o governo Figueiredo, consultar http://www.cpdoc.FGV.br/dhbb/verbetes_htm/2016_2.asp.

de Informações (SNI),² o comando do Estado-Maior do IIIº Exército (1969), no Rio de Janeiro, a chefia do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974) e, novamente, o cargo de ministro-chefe do SNI durante a gestão de Geisel (1974-1979) –, assumiu a Presidência da República no dia 15 de março de 1979. Para o Ministério da Fazenda foi escolhido **Karlos Heinz Rischbieter**, depois substituído por **Ernane Galvêas**, em janeiro de 1980. Para a Secretaria de Planejamento, foi convidado Mário Henrique Simonsen. Posteriormente, a pasta foi ocupada pelo ex-ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto. Enquanto estivera nesse Ministério, Delfim promovera o financiamento da agricultura e expandira o crédito para sua modernização, fazendo avançar as fronteiras agrícolas e aumentando as exportações. No entanto, no campo econômico, o governo Figueiredo seria marcado pelo agravamento da crise econômica internacional e nacional, em razão das altas taxas de juros internacionais e do segundo choque do petróleo em 1979.

Além da crise internacional, o cenário interno restritivo e o descontrole inflacionário, agravados pela crise do balanço de pagamentos, acenaram com a impossibilidade de se prosseguir com a estratégia do governo anterior, baseada em um novo ciclo longo de crescimento e protelação das políticas de ajustamento macroeconômico de caráter recessivo, monetário, fiscal e cambial. Apontando a gravidade da crise, o ministro do Planejamento, Mario Henrique Simonsen, a partir de uma perspectiva que diagnosticava o déficit externo como resultado do excesso de absorção doméstica, renunciou, já no início do novo governo, um conjunto de medidas nos campos fiscal e monetário que implicava a redução das taxas de crescimento do PIB. Tendo em vista a necessidade imperiosa de obter saldos comerciais positivos, Simonsen anunciou também um profundo ajuste fiscal e medidas de contração do crédito para o setor privado, desagradando não só o empresariado nacional como também parte significativa do governo. Isolado, menos de seis meses depois de ser escolhido para o cargo, Simonsen foi substituído, em agosto de 1979, por Antonio Delfim Netto. Este, com o prestígio que alcançara durante o “milagre”, passou da pasta da Agricultura para a Secretaria do Planejamento.

² O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Ligado diretamente à Presidência da República, tinha como finalidade coordenar as atividades de informação, tendo entre suas atribuições integrar órgãos federais, estaduais e municipais, além de entidades paraestatais e autarquias, podendo requisitar a colaboração de entidades privadas, para, de acordo com a “doutrina da segurança nacional”, manter os interesses do projeto militar e a segurança do Estado brasileiro.

Delfim tentou reeditar o ano de 1967, mas partindo de uma perspectiva distinta. Elaborou um novo diagnóstico da economia brasileira e anunciou medidas que permitiriam ao governo continuar apostando numa nova trajetória de crescimento, atendendo aos apelos do empresariado nacional. O novo diagnóstico admitia que o desequilíbrio externo decorria do desajuste de preços relativos, o qual deveria ser corrigido por uma maxidesvalorização cambial, posta em prática ainda em dezembro daquele ano. Apesar de seus efeitos inflacionários, ela permitiu que já em 1980 as exportações crescessem em mais de 30%, desafogando as reservas internacionais.

A insistência em perseguir altas taxas de crescimento econômico, incluindo investimentos pesados na área de habitação promovidos pelo BNH, levou o PIB a crescer à taxa de 9,2% em 1980. Se, por um lado, o resultado era comparável ao período do “milagre” comandado pelo próprio Delfim Netto, por outro, a balança comercial continuava deficitária em US\$ 2,8 bi, grandeza compatível com a registrada no ano anterior. Entretanto, o crescimento dos encargos com o pagamento de juros da dívida externa, da ordem de US\$ 10 bilhões contra US\$ 7,8 bilhões do ano anterior, levou o déficit em transações correntes ao patamar recorde de US\$ 12,7 bilhões – cujo financiamento, pela antiga estratégia de captação de empréstimos externos, já não era mais possível, em razão do novo contexto internacional de contração da liquidez e, conseqüentemente, de condições menos favoráveis ao endividamento.

O agravamento do cenário internacional, já no final de 1980, levou o governo a abandonar a heterodoxia e a render-se à necessidade de um ajuste recessivo. Portanto, o “segundo delphinato” não reproduziu os resultados pujantes do primeiro. Com uma política monetária fortemente contracionista, cujo objetivo era a geração de superávits comerciais para atenuar a situação cambial, e um ajuste pesado em termos da contração do emprego e da renda nacional, sacrificando o conjunto dos trabalhadores e o consumo, o governo tentou recuperar sua reputação junto aos mercados financeiros internacionais e garantir a rolagem da dívida externa (Macarini, 2008, p. 32).

Por sua vez, o ajuste recessivo, programado para vigorar apenas temporariamente, acabou estendendo-se por três anos, porque o cenário internacional se agravou, e o Brasil passou a ter dificuldades para honrar os compromissos com os credores. A eclosão da chamada “crise da dívida”, a partir da moratória mexicana em agosto de 1982, e a conseqüente ruptura do financiamento deixaram os

credores internacionais afastados das economias periféricas, e o Brasil não obteve privilégios pelo tamanho de sua economia. Em um mundo que se reorganizava pelos preceitos liberais, renovando a crença na ortodoxia, uma economia que se apoiava na capacidade de intervenção do Estado e de suas instituições parecia um peixe fora d'água.

Nesse período, buscando amenizar o crescente endividamento externo, o governo tentou acelerar projetos originários do II PND, que, pela escala, também se voltavam para a exportação de matérias-primas e produtos primários. Carajás é um desses exemplos em que houve apoio a investimentos para a exploração de enormes reservas de ferro, manganês e bauxita na serra, no sul do estado do Pará. Pouco depois, dada sua inviabilidade, o governo teve que investir mais recursos, como ressaltou Marcos Vianna em entrevista ao BNDES: “Para o ano de 1982, por exemplo, desembolsos necessários foram comprometidos em 1979, 1980 e 1981, e estão sendo desembolsados agora. Então, não se podia, a não ser com certa audácia irresponsável, comprometer ou aprovar projetos” (*op. cit.*, p.72).

Na mesma direção, ainda em 1982, o governo tentaria salvar o Projeto Jari, outro empreendimento de exploração e exportação de recursos naturais da Amazônia, patrocinando sua compra por empresas brasileiras. Em seguida, no mês de setembro, os contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo foram estendidos a todo o território nacional, inclusive à plataforma submarina, preservadas as áreas nas quais a Petrobras desenvolvia suas operações. Também em novembro de 1982 completou-se o enchimento do reservatório de Itaipu, que teve investimentos parcialmente financiados com recursos externos e entraria em operação em 1983, apesar da queda da demanda de energia elétrica, em função do cenário recessivo.

Sem conseguir equacionar o déficit comercial e estancar o crescimento da dívida externa, no final de novembro, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, confirmou que negociava com o FMI em sigilo, desde setembro, um empréstimo para pagar os juros da dívida externa, avaliada em US\$ 88 bilhões. Logo depois, em dezembro de 1983, Galvêas, Delfim Netto e Carlos Geraldo Langoni, presidente do Banco Central, se reuniram em Nova Iorque com representantes de 132 bancos estrangeiros credores para comunicar oficialmente a impossibilidade de pagar a amortização da dívida naquele ano (Beloch e Abreu, 1984).

A carta de intenções assinada com o FMI impôs a adoção de políticas contracionistas, com redução dos investimentos públicos, afrouxamento dos

limites das remessas de lucros para o exterior, corte de subsídios a mercadorias e serviços essenciais e novo arrocho salarial. Na programação do setor externo para 1983, o Conselho Monetário Nacional (CMN) subordinava explicitamente os rumos da política econômica aos condicionantes do FMI e ao gerenciamento da dívida externa. Para reduzir as importações, o governo impôs cortes nas compras externas do setor público, comprometendo programas de investimentos estatais considerados estratégicos. Também levou o setor privado a adiar novas importações, mesmo que isso afetasse ainda mais a produção e aprofundasse a recessão. A necessidade agora imperiosa era gerar superávits comerciais para contrabalançar os imensos encargos com o pagamento de juros, uma vez que a opção de decretar moratória havia sido descartada pela equipe econômica.

Com o agravamento da crise – um amálgama de crise de Estado, de governo e da economia –, o Brasil se viu obrigado a abandonar o caminho desenvolvimentista que trilhara ao longo de seu processo de industrialização. Em um curso nem sempre condizente com os postulados ortodoxos da teoria econômica, mas também poucas vezes comprometido com a superação do subdesenvolvimento e quase sempre conservador, o ciclo longo de investimentos deu lugar ao curto prazo e à condução de um tipo de política macroeconômica voltada para as necessidades de ajuste estrutural e conjuntural. Inserido nessa nova realidade, a atuação do BNDE também sofreria importantes inflexões.

AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO BNDES

No período final do regime militar, no governo Figueiredo, o BNDE sofreu uma de suas principais mudanças estruturais, quando a ele foram destinados os recursos do Fundo de Investimento Social (Finsocial), criado pelo Decreto-Lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982. Com o objetivo de captar recursos para o desenvolvimento de programas governamentais nas áreas de produção agrícola, educação, saúde e habitação, o Fundo era constituído da contribuição de 0,5% da renda bruta das empresas públicas e privadas, incluindo instituições financeiras e seguradoras. De acordo com a orientação pró-exportadora definida pela política macroeconômica de ajuste do balanço de pagamentos, as mercadorias ou serviços vendidos ao exterior permaneceriam, no entanto, isentos de contribuição.

Os recursos do Finsocial, administrados pelo BNDE eram obrigatoriamente vinculados a projetos de natureza assistencial, como alimentação, habitação popular, saúde, educação e amparo ao pequeno agricultor, definidos pelo presidente da

República (Prochnik, 1995). Já no primeiro ano, o Fundo responderia por mais de 13% do total de recursos do BNDE, e a nova função do Banco – qual seja, o financiamento de projetos sociais – justificou o acréscimo do “S” à sua abreviatura, tornando-se enfim o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Além das mudanças decorrentes da criação do Finsocial, a fusão, ainda em 1982, de três subsidiárias do Banco, a Fiabse, a Embramec e a Ibrasa, que passaram a constituir o BNDES Participações (BNDESPAR) promoveu transformações profundas. O sentido da BNDESPAR era permitir que uma única organização fosse “responsável pela capitalização da empresa nacional, sem a preocupação de trabalhar com segmentos específicos” (Lima, 2007, p.83).³

Até as transformações de 1982, a atuação do BNDE foi fortemente condicionada pela nova conjuntura de desaceleração econômica e de recessão. Com a descontinuidade do projeto desenvolvimentista, para o qual fora criado e do qual participara ativamente, o Banco passou a contribuir para o enorme esforço de transferência de recursos reais para o exterior, estimulando o setor de exportações e procurando ao menos preservar o parque industrial brasileiro. Como não era possível expandir as plantas industriais e capitanear novos investimentos, dadas as opções feitas pelo governo a partir de 1980 (idem, p.83), o BNDES passou a socorrer as empresas mais gravemente atingidas pela crise (Costa e Deos, 2002, p.3).

Nesse contexto, o Banco voltou a atuar com dificuldade de expansão de suas fontes de recursos, ocasionada por duas razões. A primeira foi a queda real dos repasses do PIS/Pasep, que, no quinquênio anterior, respondiam praticamente pela metade de seus recursos. A indisponibilidade de dados não permite identificar com exatidão se o que ocorreu foi diminuição da arrecadação do PIS/Pasep, por causa da crise, ou se houve diminuição dos repasses ao Banco. O mais provável é que, no contexto de desaceleração da atividade econômica e da progressiva deterioração da situação fiscal do Estado brasileiro,⁴ as duas coisas tenham sido concomitantes. Outra razão para a redução foi a própria ruptura do financiamento externo, que fez com que, já a partir de 1980, os recursos externos – responsáveis por mais de 15% dos recursos do Banco em 1979 – caíssem em termos reais, como apontam os dados da Tabela 50.

³ Cabe destacar outra importante mudança ocorrida nesse período: a vinculação do BNDE, a partir de 1979, ao Ministério da Indústria e do Comércio, voltando a subordinar-se à Secretaria de Planejamento da Presidência da República somente em 1982.

⁴ Ver, a este respeito, Carneiro (*op. cit.*, Capítulo 5).

Tabela 50
BNDE: Recursos mobilizados, segundo as principais fontes, 1979-1982
NCr\$ bi, % e taxa de crescimento real

	1979			1980			1981			1982		
	NCr\$ bi	%	Taxa de crescimento real	NCr\$ bi	%	Taxa de crescimento real	NCr\$ bi	%	Taxa de crescimento real	NCr\$ bi	%	Taxa de crescimento real
Geração interna	60,9	45,2	82,8	114,2	49,4	-10,9	197,3	50,0	-11,4	485,5	47,8	21,6
Dotações e empréstimos no país	50,7	37,6	-36,4	77,5	33,6	-27,4	138,8	35,2	-8,1	421,8	41,5	50,2
Dotação orçamentária	1,0	0,7	-74,7	-	-	-100,0	-	-	n.d.	80,0	7,9	n.d.
Reserva monetária	4,0	3,0	n.d.	12,8	5,5	52,0	21,2	5,4	-15,0	0,3	0,0	-99,3
PIS/Pasep/FAT	40,9	30,4	-30,9	59,6	25,8	-30,8	117,6	29,8	1,2	194,7	19,2	-18,2
Finsocial	-	-	n.d.	-	-	n.d.	-	-	Nd	132,6	13,1	n.d.
Outros	4,8	3,6	-71,0	5,1	2,2	-49,5	-	-	-100,0	14,2	1,4	n.d.
Vinculados	2,4	1,8	n.d.	7,7	3,3	52,4	21,1	5,4	40,6	37,3	3,7	-12,6
Outros	2,4	1,8	n.d.	7,7	3,3	52,4	21,1	5,4	40,6	37,3	3,7	-12,6
Recursos externos	20,7	15,4	15,1	31,6	13,7	-27,5	37,1	9,4	-39,8	71,5	7,0	-4,7
Total	134,7	100,0	2,8	231,0	100,0	-18,6	394,3	100,0	-12,4	1.016,1	100,0	27,4

Fonte: Prochnik, 1995. Elaboração própria.

Seguramente, para o BNDE, 1980 e 1981 foram os anos mais graves do quadriênio aqui em pauta. A fase inicial do governo Figueiredo correspondeu, como se viu na seção anterior, ao período caracterizado pela “heterodoxia” do ministro Delfim Netto. Foi a partir de 1980, quando a política econômica sofreu forte inflexão promovida por um ajustamento tipicamente ortodoxo, que o BNDE, sentiu em particular a gravidade da crise, que implicou uma redução real de recursos da ordem de 18% no primeiro ano, e de 12% no segundo. Em 1982, ano que parecia ser de lenta recuperação da economia brasileira, quando o PIB cresceu 0,8%, ocorreu uma expansão em termos reais dos recursos do Banco. Porém, antes de significar a retomada de qualquer aspiração desenvolvimentista, esse movimento deve ser entendido no contexto da impossibilidade de continuar cortando seus recursos, já drasticamente reduzidos no biênio anterior.⁵

A análise do quadriênio permitiu perceber que, pela segunda vez desde a criação do BNDE,⁶ a inexistência de um projeto de desenvolvimento econômico e a indefinição da política industrial relegaram as atividades do Banco a segundo plano. As novas prioridades para a economia brasileira passaram a ser a necessidade de um ajuste macroeconômico estrutural, realizado com instrumentos próprios de curto prazo, ou seja, o controle da inflação e a necessidade de geração de superávits comerciais, deixando de aprofundar os ajustes fiscais e monetários, e abandonando o planejamento de longo prazo.

Nesse contexto, não havia mais motivo para uma política de expansão das atividades do Banco, mas sim para se redefinir sua atuação em pelo menos três direções. A primeira delas consistia em um recuo substancial dos desembolsos destinados ao setor produtor de bens de capital, que se tornou praticamente residual durante o período 1979-1982. Isso resultou da combinação entre a inexistência de uma política de desenvolvimento e a recessão que marcou o início da década de

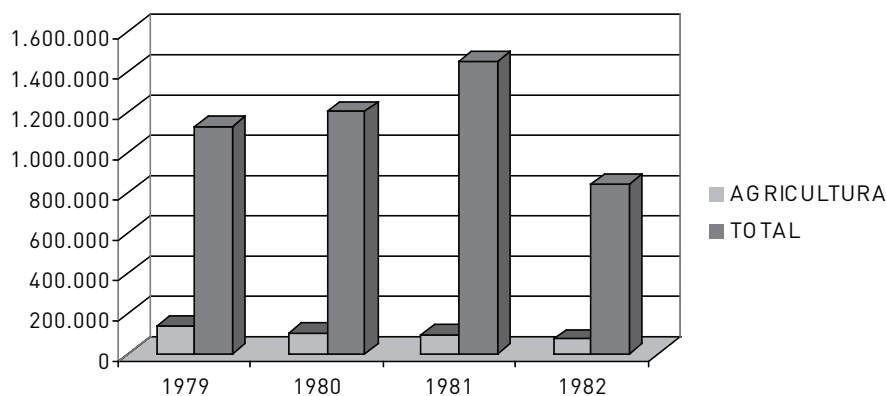
⁵ Em depoimento sobre esses anos, Marcos Vianna declarou: “Acho que a estagnação, ou a estagflação, que estamos vivendo agora, com uma redução, portanto, da demanda por bens de capital, era totalmente imprevisível, e talvez pudéssemos dizer que fosse desnecessária. Nós não estamos na situação em que nos encontramos por culpa do que foi feito. Quando o governo mudou, o país estava crescendo e com uma inflação de quarenta e poucos por cento, depois de ter digerido dois choques do petróleo. Depois disso, outros o lançaram na situação em que está – e simultaneamente a essa recessão, que produz a queda da demanda de bens de capital. Também se pratica hoje o que nós não deixamos praticar antes: importações de ‘pacotes’ completos de bens de capital por causa de financiamento que não é necessário” (*op. cit.*).

⁶ A primeira foi no início da década de 1960.

1980. Dada a recessão, o aumento da capacidade ociosa provocou o recuo dos investimentos privados e na posterior redução da demanda por financiamento para a aquisição de bens de capital. Por sua vez, a inexistência de uma política de desenvolvimento para o período reforçou essa tendência. A segunda direção que marcou a redefinição do papel do BNDE foi o aumento da participação do setor agropecuário em seus desembolsos, como resultado da diretriz de política econômica determinada pela necessidade de geração de megassuperávits comerciais, da qual os incentivos ao setor exportador constituíam peça fundamental.⁷

Cabe aqui uma observação a respeito das estatísticas divulgadas pelo Banco a partir de 1979, pois estas não permitem comparação com as estatísticas referentes aos anos anteriores, entre outros motivos por causa da distinção do setor agropecuário, que aparece pela primeira vez no relatório de 1980, reafirmando sua importância nos desembolsos do BNDE.⁸ O Gráfico 9 permite observar a magnitude das operações aprovadas para este setor.

Gráfico 9
BNDE: Operações aprovadas para a agricultura e total em Cr\$ milhões de 1982



Fonte: Relatório de Atividades, BNDE, 1980 e 1982. Elaboração própria.

⁷ Não é mera coincidência que, nos momentos de aperto do balanço de pagamentos, a estratégia a ser seguida passasse historicamente pelo aumento das exportações de *commodities*: apesar do esforço de industrialização, o Brasil nunca logrou grande êxito em especializar sua pauta de exportações em produtos com alta intensidade tecnológica.

⁸ É evidente que não se quer dizer com isso que o BNDE não concedia empréstimos para o setor agrícola. Na verdade, cabe afirmar que este setor adquiriu importância nas operações aprovadas pelo Banco.

Apesar das mudanças no sistema de divulgação das séries estatísticas, que impedem a comparação com os anos anteriores, é possível agrupar os dados em três grandes setores, como na Tabela 51:

Tabela 51
Operações aprovadas pelo sistema BNDE, 1976-1982
Cr\$ milhões de 1982 e %

	1976-1978		1979-1982	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
Insumos básicos (1)	284.262,2	5,1	1.866.585,8	40,3
Equipamentos básicos e bens de capital (2)	3.358.085,0	59,9	142.279,6	3,1
Infraestrutura (3)	159.994,4	2,9	1.761.390,7	38,0
Outros	1.800.612,8	32,1	860.141,7	18,6
Total	5.602.954,4	100,0	4.630.397,7	100,0

(1) Incluindo o Fibase.

(2) Incluindo o Finame e a Embramec.

(3) Incluindo o setor de energia.

Fonte: Relatório de atividades, BNDE, vários anos. Elaboração própria.

Pela leitura da Tabela 51, é possível identificar a terceira direção seguida pelo Banco no início dos anos 1980. A tabela mostra o crescimento da participação do setor de infraestrutura nas operações aprovadas pelo sistema BNDE, reassumindo aquele que seria o papel “histórico” do Banco em sua década pioneira. Como se viu no capítulo 6, a partir da década de 1960, o setor de infraestrutura foi perdendo participação relativa nas operações aprovadas pelo BNDE em favor do setor industrial. Esse movimento, que formata e caracteriza parte dos projetos de desenvolvimento em curso a partir do regime militar, foi em parte revertido no governo Figueiredo. Um exemplo ilustrativo dessa reversão foram os investimentos para a construção da Usina de Itaipu. Evidentemente, esse movimento está longe de significar inflexão na estratégia de desenvolvimento do governo – que, conforme vimos, era inexistente –, mas é provável que tenha se associado a investimentos residuais que compunham o II PND.

Existe ainda outro aspecto, que não se pode auferir diretamente da análise das tabelas estatísticas divulgadas pelo Banco, relativo aos desembolsos da instituição para fortalecer e contribuir para o saneamento financeiro de empresas. Segundo Cavalcante (2004, p.194), boa parte dos desembolsos do Banco durante o período

considerado não foi convertida em formação bruta de capital fixo: “É provável que a contabilização de operações de fortalecimento e saneamento financeiro de empresas nos desembolsos do BNDES tenha levado alguns autores a superestimarem o seu papel na formação bruta de capital industrial no Brasil”.

Assim, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento nos anos iniciais da década de 1980 acaba por descaracterizar o BNDE das funções que justificaram sua criação nos anos 1950. Ao estimular o setor exportador e o saneamento financeiro de empresas, ficou evidente o viés de curto prazo, eminentemente voltado para o ajuste da economia brasileira em tempos de crise. A crise do Banco foi, na verdade, o reflexo da crise do modelo de desenvolvimento que vigorou ao longo de quatro décadas, e que se esgotava com a eclosão da crise da dívida externa.

Analisando a atuação das subsidiárias do Banco, percebe-se que as operações aprovadas e os desembolsos nesse período foram crescentes em termos nominais, mas ampliou-se a defasagem entre esses e os desembolsos efetivos, com exceção do Fibase, como mostram as Tabelas 52 e 53.

Tabela 52
Operações aprovadas e desembolsos efetivados, 1979-1981
Cr\$ milhões

Ano	Embramec		Fibase		Ibrasa		Finame		Sistema BNDE	
	Oper. aprov.	Desem. efetiv.	Oper. aprov.	Desem. efetiv.	Oper. aprov.	Desem. efetiv.	Oper. aprov.	Desem. efetiv.	Oper. aprov.	Desem. efetiv.
1979	2.264	2.038	8.236	7.274	3.599	2.679	54.433	43.637	135.996	111.875
1980	3.574	3.068	6.519	12.230	6.067	4.922	172.268	66.907	305.939	175.467 *
1981	7.442	4.373	9.815	17.300	6.037	4.446	231.096	116.773	716.300	292.700 *
Total	13.280	9.479	24.570	36.804	15.703	12.047	457.797	227.317	1.158.235	580.042

[*] Incluindo valores correspondentes à honra de garantias prestadas.

Fonte: Relatórios de Atividades, BNDE, 1978, 1980 e 1981. Relatório anual Finame, 1981 e 1982.

A BNDESPAR, como já se mencionou, assumiu os objetivos gerais das subsidiárias Embramec, Fibase e Ibrasa, em especial, o apoio à capitalização de empresas industriais brasileiras, a preservação do controle acionário nacional, o estímulo à democratização do capital e o reforço ao crédito de médio prazo às empresas nacionais. Preservando a diretriz básica de participação não permanente nos investimentos apoiados, as operações aprovadas pela BNDESPAR cresceram, em

termos reais, 15% em relação a 1981, enquanto os desembolsos cresceram 25%. Esses recursos destinaram-se, na quase totalidade, à consolidação ou sustentação do parque fabril nacional e ao equacionamento da situação financeira das empresas em agudo estágio de descapitalização. Também se deu ênfase à continuidade de projetos em implantação de empreendimentos estratégicos da carteira, em fase adiantada ou irreversível de realização de investimentos (BNDES, 1982).

Tabela 53
BNDESPAR:
Aprovações e desembolsos
Cr\$ bilhões correntes

MODALIDADE	1981 (1)	1982
Aprovações	23,5	52,8
Participações	14,8	48,6
Finac	7,2	0,6
Debêntures	0,8	2,3
Outros	0,7	1,3
Desembolsos	26,1	63,9
Participações	22,1	55,7
Finac	3,6	3,4
Debêntures	0,3	1,3
Outros	0,1	3,5

(1) Referem-se à consolidação dos dados da mesma natureza das subsidiárias Fibase, Embramec e Ibrasa.

Fonte: Relatório de Atividades, BNDE, 1982.

Houve, no período, uma queda da participação geral das operações aprovadas pelo Finame em relação ao total do Sistema BNDES (Tabela 54), se comparada ao período anterior (1974-1978), embora os desembolsos tenham permanecido em uma média próxima (32,8% do total). Vale lembrar que, no final de 1982, o Finame era composto por 178 agentes financeiros ativos e distribuídos em 38 bancos de investimento, 48 bancos comerciais privados, 13 bancos de desenvolvimento, 44 companhias de crédito, financiamento e investimento privadas, oito companhias de crédito, financiamento e investimento estaduais e 27 bancos comerciais oficiais.

Tabela 54
Participação das operações aprovadas e dos desembolsos do Finame no total do Sistema
BNDE, 1979-1982
Cr\$ milhões

Ano	Finame		Sistema BNDE		(A/C)	(B/D)
	Desembolsos (A)	Operações aprovadas (B)	Desembolsos (C)	Operações aprovadas (D)	%	%
1979	43.637	54.433	111.875	135.996	39,0	40,0
1980	66.907	172.268	175.467 *	305.939	38,1	56,3
1981	116.773	231.096	292.700 *	716.300	39,9	32,3
1982	218.207	301.694	780.000 *	843.900	28,0	35,7
Total	445.524	759.491	1.360.042	2.002.135	32,8	37,9

[*] Incluindo valores correspondentes à honra de garantias prestadas.

Fonte: Relatório de Atividades, BNDE, 1980, 1981 e 1982. Relatório anual, Finame, 1982.